



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Edilson Cavalcante Fialho

Universidade Federal do Ceará / UFC.

profedilsoncavalcante@gmail.com

ESTUDAR OS TRABALHADORES BANCÁRIOS CEARENSES, SUAS ORGANIZAÇÕES E SUAS PRÁTICAS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar estudos ora em curso sobre os trabalhadores bancários cearenses e sua organização no período da Ditadura Militar brasileira, de 1964 a 1979. A pesquisa é realizada a partir do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará/UFC, usando fontes orais, processos trabalhistas e processos da comissão de anistia Wanda Sidou.

Palavras-Chave: Trabalhadores bancários; Sindicato dos bancários; Ditadura Militar.

ABSTRACT

This article goal is analyzing studies currently underway about bank workers from Ceará and its organization during the Brazilian military dictatorship from 1964 to 1979. The research is implemented by the Postgraduate Program in History at the Federal University of Ceará/UFC, making use oral sources, labor lawsuits and Wanda Sidou amnesty commission lawsuits.

Keywords: Bank workers; Bank workers union; Military dictatorship.

Introdução

Este artigo é fruto dos estudos realizados para uma dissertação de mestrado sobre a categoria dos trabalhadores bancários cearenses no período da ditadura militar entre 1964 e 1979. O texto pretende fazer uma reflexão sobre o que as pesquisas vêm apresentando acerca destes trabalhadores, suas organizações e as relações de trabalho no espaço temporal que abrange parte do regime militar brasileiro, visto que essa foi uma experiência que não se encerrou no ano de 1979.

Parte-se da premissa de que a ditadura militar brasileira foi um dos complexos acontecimentos da história nacional, marcando o seu período republicano, as pessoas, os movimentos sociais, o Estado e constituiu um momento de ruptura chave e condicionante da história do Brasil, que já possui vasta historiografia especializada. Entretanto, existe um largo espaço a ser aprofundado, em especial, no condizente aos trabalhadores, categoria que não costuma ocupar o centro dos projetos políticos das sociedades ao longo do tempo.

Este projeto político, que se instaurou no Brasil em 1964, apresentou-se como representante de diversas ambições, desde nacionais e internacionais, e desenvolveu-se nas mais variadas relações, como na política, na cultura, na comunicação e na economia. O regime militar de 64 não foi um episódio isolado, fruto de um espírito nacionalista e anticomunista da caserna. Foi uma ação construída durante anos e a muitas mãos, entre aqueles que permeavam vários poderes da República. Umbilicalmente ligada com as tensões mundiais, no contexto da Guerra Fria em curso.

Os interesses conflitantes em torno de um projeto para o desenvolvimento do país envolviam diversos fatores. Edmilson Costa, em sua tese de doutorado sobre a política salarial do período, apresenta a ideia de que a industrialização da época, com ativa participação do capital estrangeiro, gerou uma burguesia defensora dos interesses externos e sem projeto nacional. Na visão desse grupo, as reformas de base ameaçavam “tanto os interesses do capital estrangeiro, quanto dos grandes capitalistas industriais e agrários do país” (COSTA, 1996. p. 74).

A realidade brasileira se coloriu numa teia de forma heterogênea, emaranhada de aspirações e disputas. Não à toa, o golpe de 1964 também se apresenta como a chegada ao poder de um conjunto de interesses de setores locais, contrários aos rumos que a política vinha sendo conduzida pelo governo federal, “comunista”, ao ponto de a “revolução de 64” ser registrada em inúmeros jornais¹ como a restauração da verdadeira democracia.

O desencadear da luta pelo poder e suas disputas vão se encontrar através das inúmeras formas de relacionamento com a sociedade, como entre os trabalhadores, suas organizações e a estrutura de trabalho. A forma que o regime que se instalava encontrou foi a de exercer um controle da sociedade por meio de explícita violência desde o primeiro dia. Entre 1964 e 1965, foram 810 (oitocentos e dez)² intervenções nas direções sindicais pelo país, afastando suas direções eleitas e indicando interventores, desmontando a legitimidade das representações das entidades laborais, colocando-as em posição de alinhamento à política governamental.

Nesse período, a categoria de trabalhadores bancários do estado do Ceará era constituída por um contingente expressivo, segundo dados encontrados das campanhas salariais dos primeiros anos da década de 1960. Apenas na capital do estado, eram 1215 (mil duzentos e quinze) bancários, exceto os trabalhadores do Banco do Brasil (MENESES, 1984, p. 80). Alocados em bancos oficiais e privados, obtiveram o acréscimo em 1964 dos funcionários do Banco do Estado do Ceará – BEC³, reforçando a presença dos bancos oficiais.

Para além do contingente numérico, existe uma organização específica por parte dos bancários. Os estudos apresentam a ideia de que esta foi uma categoria que se apresentou de forma organizada ao enfrentamento à ditadura militar brasileira. Seja por meio de relatos, reportagens, processos da comissão de anistia ou trabalhistas, o vasto acervo de fontes corrobora a conclusão de que este foi um dos grupos organizados que energicamente se posicionaram no período, tendo como resultado a sua entidade sindical experimentado duas

¹ O Estado, Correio do Ceará e o Unitário eram jornais impressos de grande circulação na cidade de Fortaleza - CE, que na primeira semana de abril de 1964 reproduziam publicações referenciando o ato de 1º de abril como ação de defesa da verdadeira democracia.

² Fonte: Edmilson Silva Costa, p. 56.

³ Banco estadual fundado em 23 de junho de 1964.

intervenções, inúmeros bancários impedidos de progressão e sofrido demissões, prisões, torturas, inclusão de nome em lista de impedimento de ser contratado por qualquer estabelecimento financeiro. Essas e outras violências foram cometidas contra estes trabalhadores e ao sindicato em razão de seu posicionamento político.

O ato de se investigar sobre estes trabalhadores, imersos no regime ditatorial, é deparar-se com um extenso conjunto de circunstâncias e memórias, que interagem com a própria mudança na estrutura do trabalho, com a forma de como se deu o golpe militar e a resistência imaginada, a defesa de direitos trabalhistas dos brasileiros, até a luta por uma representação sindical eleita pelos trabalhadores.

Deve-se firmar o intuito de o texto não se propor a se apresentar na qualidade de verdade “única”, não cabe na produção historiográfica a ingenuidade de que pelo fato de se observar as fontes, de forma crítica e ética, se utilizando de métodos historiográficos socialmente aceitos, que a produção possa ganhar a condição de inquestionável. Ao escrever, definir as fontes, estruturar um problema, existe por parte do pesquisador a expressão de uma filosofia histórica.

Investigar e produzir uma expressão de realidade, a respeito da ditadura militar brasileira com foco nos trabalhadores bancários, se faz de forma mais inteligível quando parte do reconhecimento da instauração do regime militar como uma construção de interesse inversa aos interesses de classe dos trabalhadores bancários. Em "A Ideologia Alemã", obra de Karl Marx, encontramos reflexões que corroboram na crítica sobre esta possível ingenuidade.

Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo um critério situado fora dela. A produção da vida real aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrrestre. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendrada a oposição entre natureza e história. Conseqüentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a compartilhar, em cada época histórica, a ilusão dessa época. (MARX; ENGELS, 1986, p. 57)

Ademais, a pesquisa sobre estes trabalhadores no período precisa ser assentada a partir da sua realidade cotidiana, inclusive para além das relações

econômicas e políticas, a história se passa no mundo real, influenciados por suas conexões culturais/religiosas. Antes de ser bancário, o trabalhador é uma pessoa, seus desejos objetivos e subjetivos participam do moldar de suas ações individuais e coletivas.

Os Bancários Cearenses e a Ditadura Militar Brasileira: Um Posicionamento Histórico Filosófico

Pode-se considerar que a Ditadura Militar brasileira é um dos marcos históricos do Brasil Republicano, exercendo influência política, econômica e cultural nos anos subsequentes ao seu período. O estudo desse processo faz parte de um eixo onde a sua ausência dificulta a compreensão da identidade, memória e nacionalidade. Investigá-lo também contribui para visualizar as disputas travadas no decorrer do processo entre o regime e seus opositores. Ressalta-se que esta disputa não fica resumida aos atores do período, ela também se apresenta na produção dos seus estudos, na sua interpretação, na forma de se enxergar e de se recortar os atos.

Soma-se ao fato de que diversos são os elementos que compõem o período da Ditadura Militar brasileira, até porque a sociedade não é regida por uma só célula, nem tão pouco células isoladas uma da outra, razão esta que permite a pesquisa se apresentar das mais variadas maneiras, enfoques ou contornos. Partindo desta compreensão, registro que este é um recorte e uma nomenclatura escolhida pelo pesquisador, que poderia ser anunciado simplesmente como a análise dos trabalhadores bancários cearenses entre 1964 e 1979 à luz do seu regime político. No caso, estamos a nos aprofundar sobre a Ditadura Militar, o trabalho e suas relações no período, tendo os trabalhadores bancários cearenses, os seus movimentos, organizações e sua relação de trabalho como o átomo dessa reflexão.

O recorte escolhido não guarda aleatoriedade, ele reside no entendimento que as disputas ideológicas e políticas estão diretamente relacionadas com suas forças produtivas e como a mesma se apresenta a partir da relação de trabalho. O contrário poderia sentenciar o estudo a qualidade de “manco”, quando realizado sem levar em perspectiva as relações vividas, como que fosse possível isolá-lo e estudá-lo de forma microscópica, sem qualquer contaminação.

Tal concepção mostra que a história não termina dissolvendo na “autoconsciência”, como “espírito do espírito”, mas que em cada uma de suas fases encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite a geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo parte modificada pela geração nova, prescreve a estas suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial. – Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias. (MARX; ENGELS, 1986, p. 56)

Afinal, quem são estes trabalhadores? Quais são os movimentos que eles organizaram? Que relação de trabalho é esta, tão particular que justifica dedicarmos nosso tempo à sua análise? Trata-se, no caso, de uma categoria letrada, organizada e com participação direta no pensamento desenvolvimentista brasileiro, como relatado por Benedito Bizerril, trabalhador do Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Bizerril expôs, em entrevista, que “O banco era um espaço para pensar projetos de desenvolvimento, de industrialização, alinhado com as demandas apresentadas pelo Governo Federal”, também relata que era “um local de tráfego dos mais variados pensamentos, a partir da grande circulação de jornais no seu interior” (BIZERRIL, 2024, n.p.).

Precisa-se contabilizar a esta equação o nível de organização e consciência da própria categoria. Tomamos, por exemplo, o fato de o presidente do sindicato dos bancários, José de Moura Beleza, ter recebido 1 (um) terço dos votos dos eleitores de Fortaleza nas eleições de 1962, ficando a proximidade de 4% dos votos válidos de eleger-se prefeito da capital cearense.

Os bancários compunham uma categoria que desfrutava de prestígio social e razoável estabilidade financeira, posição que fortalecia suas reivindicações, que se apresentavam para além das questões salariais, extrapolando a vida interna do banco, adicionando aos seus interesses as reivindicações gerais do povo, como podemos perceber nos estudos da Maria Zefisa Menezes sobre a deflagração de greve política em razão do impasse do sistema parlamentarista.

Os bancários cearenses, em Assembléia à noite, deflagraram greve atendendo à determinação do Pacto e da CONTEC.⁴ A liderança bancária ao ser interpelada pelo jornal O POVO se pronuncia sobre as perspectivas do movimento: “Somente amanhã voltarão ao trabalho se for encontrada uma solução que atenda aos anseios do povo. Se isso não ocorrer o movimento paredista continuará. (O POVO, 5.7.62 apud MENEZES, 1984, p. 113)

Pensar nestes trabalhadores é visualizar uma realidade adversa ao imaginário que se consolidou sobre a categoria no século XXI, em que o banco é o espaço das tecnologias, do autoatendimento, da inserção no mundo digital, no qual o bancário por diversas vezes apenas auxilia na efetividade das ações. Investigar o trabalhador bancário nos anos 1960 do século XX e se conectar com suas memórias, é compreender que o mesmo estava submetido a um trabalho braçal, mecânico e repetitivo, como relatado em entrevista pelo bancário Getúlio Vargas,⁵ “uma jornada de segunda a sábado, 8 horas diárias, num trabalho manual de contar, conferir, datilografar...” (MENESES, 2006). Ademais, os bancos que tinham uma jornada de seis horas diárias, como a do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o advento da ditadura, tiveram na prática sua jornada ampliada, não de forma oficial, mas de maneira oficiosa. Segundo Bizerril, as horas extras, que eram exceção, viraram regra:

O normal passou a ser 8 horas, você não era obrigado, mas se não cumpria 8 horas, ganhando hora extra boa! Tinha vantagens, (...) pra quem pensava em fazer carreira ali dentro no banco, se você não tivesse enquadrado nessa situação de hora extra, mil cursos, era uma dedicação quase exclusiva ao banco. (BIZERRIL, 2024, n.p.)

Existia uma compensação: a hora extra remunerada, e, como diz o entrevistado, ela era “boa!”, porém também era uma forma de aprisionar os trabalhadores, na lógica de que se quiser progredir na carreira, tem que se dedicar ao máximo, extrapolar o labor para além das suas obrigações.

Mas não se resume ao ato de narrar a aparente obviedade das fontes que o estudo tem se apresentado. Ao mesmo tempo, de que é preciso a investigação dos fatos, dissecando os vestígios possíveis sobre estes trabalhadores, suas organizações e historicizando cada uma, é preciso compreender que cabe ao historiador a construção de um relato, sendo este influenciado por suas posições

⁴ Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito.

⁵ Entrevista concedida a Benedito Bizerril em 29 de dezembro de 2006, por razão de produção de livro sobre o jornal Mutirão.

teóricas, sendo assim participe da narrativa, como podemos encontrar nas contribuições de Hayden White.

Não compreendiam que os fatos não falam por si mesmo, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles, e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é – na sua rerepresentação – puramente discursiva. (WHITE, 1994, p. 141)

Aqui trata-se de um labor que não se passa no “chão da fábrica” como nos remete o imaginário das greves operárias do fim dos anos setenta,⁶ também não se trata de trabalhadores rurais e suas ligas camponesas,⁷ cantadas em verso e prosa, propagandeadas nas páginas dos cordéis, refere-se aqui sobre trabalhadores urbanos, cuja função está no centro da circulação do capital, submetidos diretamente às políticas monetárias do governo.

Vemos o caso de Luiz Gonzaga Lopes, funcionário do Banco Nacional de Minas Gerais S/A, lotado em agência sediada em Fortaleza, detido para averiguação e depois em prisão preventiva sob a acusação de pichamento contra o regime, como consta no seu processo trabalhista,⁸ ficando preso de 14 de julho a 21 de dezembro de 1964. Numa perspectiva preliminar, podemos inserir esta prisão a um conjunto de várias prisões efetuadas pelo regime. Porém, o que leva a empresa, contrariando o próprio parecer do consultor do DASP,⁹ a suspender os pagamentos dos honorários do trabalhador? Ou a não reconhecer este tempo de serviço para fins de cálculo rescisório, motivo este da ação do Luiz Gonzaga se fazer presente no Tribunal Regional do Trabalho?

Encontra-se aqui um típico caso do “está querendo ser mais realista do que o rei”, no qual o banco pratica uma violência para além da que é exigida pelo regime, possivelmente procurando se apresentar como parceiro e seguidor de primeira ordem. Adiciona-se a esta reflexão a possibilidade de a instituição financeira procurar aproveitar-se da violência do sistema político, da prisão do trabalhador, para acrescentar essa “pequena” quantia à sua margem de lucro.

⁶ Ciclo de greves operárias realizadas no Brasil ao final da década de 70 do século XX, em especial no ABC paulista.

⁷ Organizações de trabalhadores rurais, principalmente no estado de Pernambuco, onde eram lideradas por Francisco Julião.

⁸ Processo trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho, 7ª Região, sob o número N 0984 - 07 de abril de 1965.

⁹ DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público. Órgão de assessoramento ligado diretamente à presidência da república. Fonte: Inventário produzido pelo Arquivo Nacional.

Era prática corriqueira que, a se verificarem funcionários identificados como subversivos, participantes de movimentos, amigos de subversivos, ou conhecidos distantes, estes não mais conseguiram ascensão funcional; demitidos, eram incluídos em uma lista que os impediam de trabalhar em qualquer banco, como registrado em processo da comissão da anistia e em entrevista, ambas de Daciane Barreto.

Na época não existia nem o plano de cargos e salários, porque as promoções eram em função do clientelismo político, do clientelismo e das pessoas que rezavam na cartilha de quem tava lá no poder, lá no banco. Essa questão do reconhecimento do profissional competente, responsável, isso aí passava ao largo, porque no banco o que se via muito era realmente o apadrinhamento político, e quando você não rezava naquela cartilha era colocada numa situação de congelamento por conta ascensão profissional, ou em casos extras a demissão como foi o meu caso. (BARRETO, 2024, n.p.)

A violência vivida por Daciane, no final dos anos 70, tendo que escolher entre se calar ou abandonar a perspectiva de carreira profissional, ser obrigada a seguir uma “cartilha”, era fruto de um regime de terror imposto desde os primeiros dias. O medo de estar sendo vigiado, de estar sendo perseguido, de ser preso a qualquer momento, acaba fraturando toda a sociedade, como podemos observar na fala de Benedito:

Eu tava trabalhando ali, estacionava um carro do exército, o cabra entrava com metralhadora na mão, fuzil, o diabo, atrás de gente lá dentro, para tirar o cara trabalhando. Tava lá no birô dele, eles arrancavam, levavam. Vi mais de uma vez isso, nos primeiros dias era só o que dava, fora o pessoal que foi preso em casa, de madrugada a qualquer hora. Vi, uma vez eu circulando a noite, na rua Princesa Isabel, parou um carro do exército, quando eu olhei tava tirando um senhor já de idade, de noite. Era um clima de terror, horrível, os quartéis cheios de presos. (BIZERRIL, 2024, n.p.)

Captar a narração desses processos, registrando as memórias daqueles que, de alguma forma, se relacionaram com os bancários, imprimindo a eles uma análise histórica-filosófica, é tornar o resultado textual da análise um produto de maior força, inclusive pelo fato destas memórias estarem na condição de se propor a ser a narrativa de uma verdade. Aqui muito contribui Alessandro Portelli, quando reflete a respeito da subjetividade nas fontes orais. “Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza,

a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais.” (PORTELLI, 1996, p. 62).

Nesta seara é que se encontra o atual estudo sobre os trabalhadores bancários cearenses, entendendo suas ações coletivas e individuais, procurando analisar sobre a expressão da categoria na memória registrada, nos debates temáticos, nas produções historiográficas. Salienta-se que esta foi uma categoria que sofreu, desde os primeiros dias, um combate direto do governo. Assim registra Dainis Karepovs, ao tratar sobre as perseguições políticas contra os bancários:

No final de março de 1964, o golpe se desencadeia. Com os militares no poder, instala-se a repressão: perseguições generalizadas, cassação de parlamentares, prisões arbitrárias e intervenção nos sindicatos – no caso dos bancários, todos os sindicatos, federações e a Contec. O Ato Institucional nº 1, uma das primeiras medidas adotadas pela ditadura, cassou os direitos políticos de 376 funcionários do Banco do Brasil. (KAREPOVS, 1994, p. 82. apud ROCHA, 2014, p. 226)

No Ceará, temos como exemplo a própria exoneração do presidente do sindicato à época do golpe, sem qualquer rito legal, mesmo sendo possuidor de um capital político de 28% dos votos dos fortalezenses,¹⁰ sendo funcionário com estabilidade de uma empresa de economia mista que é o Banco do Brasil, sem nunca ter recebido uma advertência administrativa, segundo consta no processo, que também alega não existir legislação, até mesmo do próprio regime militar, que embasasse tal ato monocrático. Foi este submetido a uma demissão sumária por ato do então presidente da república, o senhor Castelo Branco. Quando o mesmo foi questionar na justiça trabalhista a sua demissão, não teve o direito nem de ter o seu caso analisado, num primeiro momento, sob a alegação do juiz de que o processo tratava o ilustríssimo presidente com termos inadequados.

5. recebeu, surpreso, a comunicação de sua dispensa pelo Mem. ref.: FUNCI 48.724/64, datado do Rio de Janeiro em 23 de novembro do ano p.p., no qual se diz que o Reclamante foi “dispensado de suas funções”, tendo em vista “que o Exmo. Sr. Presidente da República, (...), resolveu exonera-lo dos nossos serviços”, ocorre, porém, que o Exmo. Sr. Presidente da República não tem competência para nomear e, conseqüentemente, para demitir servidores do Banco do Brasil S. A.

¹⁰ José de Moura Beleza foi candidato a prefeito de Fortaleza-CE pelo PSB, obtendo 28,30% dos votos. Beleza era próximo do PCB, sua candidatura pelo PSB se pela razão da legenda comunista ser impedida pela legislação eleitoral de participar das eleições.

ou de qualquer outra sociedade de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito privado; assim, o ato da Presidência da República tem validade, no caso, como se fora baixado pelo Imperador da China;¹¹

a) que a petição inicial, na parte que está contida o item 5, seja enviada ao reclamante José de Moura Beleza, a fim de que modifique os termos constantes do referido item de sua inicial, onde vemos ofensa direta à pessoa do Exmo. Sr. Presidente da República.¹²

As maneiras como o governo procurava intimidar os trabalhadores eram exercidas de variadas formas, não existindo um modelo único. Portanto, ao enxergarmos a categoria de trabalhadores no processo ditatorial militar brasileiro, necessitamos também vê-los sob a égide contraditória de direitos trabalhistas, sabendo que vários benefícios lhes foram oferecidos na condição de ausentar-se de qualquer movimento subversivo, chantageando o trabalhador com ganhos salariais.

Consta no processo de Daciane Barreto¹³ o relato de episódio que fora chamada para uma reunião com a direção do banco, na ocasião lhe foi oferecido um dos principais cargos da agência, sob a condição de não mais se envolver com movimentos de oposição ao regime. Ao negar a proposta que a diretoria lhe fez, passou a ser duramente perseguida, até ser demitida dos quadros do Banco do Estado do Ceará - BEC, perante a alegação de utilizar os malotes do banco para a distribuição dos jornais contrários ao governo.

Não tinha acesso nenhum ao malote, então isso é falso como várias, que não tava lá no processo, várias pelo fato da perseguição, várias mentiras foram colocadas, que eu ficava distribuindo na hora do expediente o jornal tribuna operária, coisa que eu não fazia, eu ficava na saída do banco fazendo isso. (BARRETO, 2024, n.p.)

O caso da Daciane nos faz esbarrar com alguns questionamentos, como sobre o posicionamento do pesquisador ao se deparar com fontes que se contradizem, nesse caso o processo de demissão e o depoimento. Também permite indagar sobre a existência de estratégias por parte da administração do banco em sufocar o movimento sem necessariamente ser preciso o afastamento imediato ou sua prisão. Da mesma forma aqui é possível registrar a presença de

¹¹ Processo trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho, 7ª Região, sob o número N 3835 – 22 de outubro de 1965, p. 3.

¹² Ibid., p.9.

¹³ Maria Daciane Lycarião Barreto, servidora do Banco do Estado do Ceará - BEC, militante do Partido Comunista do Brasil, tendo seus passos vigiados pelo Serviço Nacional de Informações até 1989.

movimentos de resistência, numa possibilidade de ação coletiva, visto que não é comum em um momento de tamanha turbulência se distribuir um jornal de si, trata-se da divulgação de ideias de no mínimo 01 (um) agrupamento contrário ao governo militar - no caso em questão tratava-se do jornal “Tribuna Operária”, impresso produzido pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

Remete-se aqui à necessidade de análise do fato, aludindo o mesmo com a relação de opressão e dominação, mas também de resistência e luta. Os trabalhadores que se organizavam para se contrapor ao regime, colocando-se na condição de alvo do governo, o faziam por profundas divergências com o pensamento que hora exercia o poder político. Portanto, ao lançar mão do conceito da chamada “ideologia dominante”,¹⁴ tem-se em mente ela como “dominante”, não como “exclusiva”, efetuar este registro é necessário para não anuviar o debate, situando-se com um olhar nas muitas faces do espectro político.

É preciso explorar os eventos com a sensibilidade de perceber os diversos interesses ideológicos, olhar para um documento sabendo de sua intencionalidade, não que esta desqualifique a fonte, mas reconhecendo que é algo inerente as fontes históricas. Ademais, analisar o caso de Daciane conduz-nos a uma consideração sobre as ideologias então presentes na sociedade e suas ações práticas naquele período histórico.

Entendendo que, independente do debate sobre o apoio ou não da sociedade à ditadura militar, de quantificar o nível de resistência, as fontes nos expõem o fato de existirem setores que resistiram ao regime, e, no caso dos bancários, participaram de diversas formas de luta.

66/67, depois de uma assembleia geral para discutir a eleição, para retomar o processo, (...), o pessoal fez, estava dentro do que era previsto no estatuto, o sindicato lotou, também não era muito grande, (...) acertou com a delegacia, com o ministério do trabalho, para fazer essa eleição, e fizeram e perderam. (BIZERRIL, 2024, n.p.)

Em 68, essa diretoria organiza todo o processo de negociação salarial daquele ano, mobiliza a categoria, há um clima, é dentro desse clima de agitação, movimento estudantil com grandes mobilizações, movimento sindical ainda, no Brasil inteiro dando os primeiros passos, (...) numa pauta mais avançada que ia de encontro com o arrocho salarial do governo que tava implantado, essa luta ela desemboca na greve, com uma decisão em assembleia lotada. (BIZERRIL, 2024, n.p.)

¹⁴ Conceito que se faz presente em “A Ideologia Alemã”, obra de Karl Marx e Friedrich Engels.

A gente fez um panfletinho, foi o primeiro, bem pequenininho, pra colocar pra população. Por que estamos em greve? Era assim, umas 8 respostas ou 10, frase por isso, por isso, por aquilo, e inclusive a questão do arrocho salarial, e contra a ditadura, no final tinha a questão mais política. O DCE¹⁵ deu apoio total à greve, e nos cedeu o espaço, lá do DCE, tinha o CEU,¹⁶ tinha o auditório, uma área muito grande que a gente ficava, era assembleia permanente lá, o sindicato já estava em intervenção, e o mimeógrafo levamos para a arquitetura, o centro acadêmico da arquitetura. (BIZERRIL, 2024, n.p.)

Encontramos, nos relatos, diferentes formas utilizadas no período pelo sindicato e pelos trabalhadores bancários, desde a utilização do próprio aparelho legal, como o estatuto do sindicato amparando a convocação da assembleia e a eleição da diretoria, a campanha reivindicatória por melhoria salarial, o artifício da greve, num período de grandes mobilizações estudantis, e se utilizando da greve como instrumento de denúncia política contra a ditadura.

Por outro lado, também há contradições a serem pensadas. Bizerril expõe que a própria oposição conseguia, no momento de intervenção, estabelecer interlocução com o sindicato, que o interventor Assis Bezerra,¹⁷ no que pese ser de direita e totalmente a favor do regime, permitia algum nível de diálogo. Aqui cabe o exercício de não enxergar os processos de forma homogênea, sem incongruências. Por mais exemplar que fosse a implementação dos interesses do regime no sindicato por parte do interventor, as questões objetivas do cotidiano fugiam aos conceitos históricos de práticas autocráticas, permitindo aos trabalhadores alguma burla ao sistema.

Outra questão é que o ano de 1968 foi marcado pelas grandes mobilizações estudantis, mas identificamos que, em meio a tudo isso, houve ainda uma greve de bancários paralisando o setor financeiro. A exposição da participação do movimento estudantil na greve dos bancários, de forma solidária, cedendo espaços do Diretório Central dos Estudantes da UFC para os sindicalistas ficarem e realizarem as assembleias, espaço do Centro Acadêmico de Arquitetura da UFC para acomodação do mimeógrafo e produção de material

¹⁵ Diretório Central dos Estudantes, organização que representa os estudantes de toda uma universidade. No caso do depoimento, o DCE citado é o DCE da UFC.

¹⁶ Clube Estudantil Universitário da Universidade Federal do Ceará - UFC. No período o DCE participava da administração.

¹⁷ Assis Bezerra foi indicado como interventor do sindicato dos bancários no momento da primeira intervenção em 1964.

impresso do movimento contribui para uma narrativa de que os movimentos exerciam um razoável grau de integração.

Em outra parte de seu depoimento, Bizerril aponta que, dentro do banco, existiam os que apoiavam o regime, e entre estes, havia aqueles que entregavam os companheiros de trabalho, os chamados “dedo-duros”, eram “poucos”, mas existiam. Não era uma completa unanimidade o apoio aos posicionamentos do sindicato. Ao estudar uma determinada categoria não se pode visualizá-la como um coletivo de posição monolítica, precisa-se expor suas contradições. Porém, deve-se ter cuidado com a relativização da existência de um pensamento ora dominante.

Não obstante ao fato de a assembleia¹⁸ estar “lotada” para decretar a greve (BIZERRIL, 2024), com seus participantes expondo-se ao risco de perseguição nos espaços internos de cada instituição, desse ato gerar impacto para o decorrer da carreira profissional, a presença dos bancários expressa um nível de radicalidade que extrapola as lideranças sindicais, além do vislumbre de ser uma ação coletiva gerada a partir do nível de consciência produzida durante o processo.

Transformando em História

Existe vida fora do banco e da repressão do governo militar contra o trabalhador bancário, é o mínimo que se espera dos indivíduos. A pesquisa sobre estes trabalhadores, suas atividades no período, precisa ser assentada a partir da sua realidade cotidiana. Para além das relações econômicas e políticas, a história se passa no mundo real, influenciados por suas conexões culturais/religiosas. Antes de ser bancário, o trabalhador é uma pessoa, que casa, tem filhos, torce para um time de futebol; antes de ser militante, o sindicalista é um sujeito com desejos objetivos e subjetivos que influenciam nas suas ações individuais e coletivas.

O estudo dos trabalhadores bancários, em meio ao debate sobre a sua organização coletiva, sua condição de partícipe da estrutura trabalhista e agente

¹⁸ A assembleia dos bancários de 68 que convoca a greve é realizada na nova sede do sindicato, próximo à praça José de Alencar, que continha um grande espaço para atividades da categoria.

político, necessita visualizar quem são esses trabalhadores, quais os seus anseios e angústias.

Voltemos aos episódios que envolvem Daciane Barreto, uma mulher, com origem no interior do estado, que participa do movimento estudantil secundarista da sua cidade, Barbalha, que migra aos 18 anos em razão de discordar do conservadorismo de sua cidade, que após profunda dificuldade financeira, e diversos trabalhos, ingressou no setor bancário, um espaço composto majoritariamente por homens.

No depoimento, ela fala sobre como entrou no movimento, que no primeiro momento todos os contatos eram masculinos, só depois conheceu Natividade, a qual foi a presidente do sindicato no fim dos anos 1970 e nos primeiros anos da década de 1980. No banco era tratada como se contraísse uma doença contagiosa, transferida a cada 15 dias de agência, que era fiscalizado o seu tempo de uso do banheiro. Mas e entre ser essa mulher migrante, com dificuldade financeira, e ser a sindicalista, colocando o seu emprego público, num banco oficial, em risco?

Nós fizemos o concurso para o BEC,¹⁹ banco do estado em 76, passamos e fomos inaugurar a agência do Farias Brito, na região do Cariri, foi quando realmente aprofundou, vendo, aliás, confirmando os preconceitos, na minha opinião, os preconceitos existentes, o tratamento desigual com as pessoas dentro, na própria agência, rico era tratado de uma forma, o camponês era diferente, isso aprofundou meu desejo, minha vontade de realmente me integrar politicamente. (BARRETO, 2024, n.p.)

Ao descortinar os indivíduos, entendendo-os como atores que interagem, forjam e são forjados dialeticamente pelo processo, pode-se ampliar a perspectiva do seu lugar no fato histórico. A obviedade de um estudo sobre movimento de trabalhadores vai levar a salários, condições de trabalho ou carga horária. Em seu depoimento Daciane apresenta uma perspectiva além, sem questionar a importância das pautas laborais, mas se colocando como um sujeito que o seu local de trabalho, o banco, um espaço que exala as contradições do sistema capitalista, lhe “aprofundou” o desejo de se colocar na condição de agente da política.

¹⁹ Banco do Estado do Ceará - BEC.

Nos estudos encontram-se outras individualidades que permitem um olhar mais pormenorizado desse trabalhador. No caso do Luiz Gonzaga, o seu processo trabalhista²⁰ guarda uma particularidade, ele apresenta o mesmo como sendo “Arrimo de mãe velha, desamparada e de oito irmãos menores”, e, diferentemente do processo de José Moura Beleza, trata o regime como sendo o “Governo Revolucionário”. Trabalhador de um banco privado, que provavelmente detinha rendimento menor que os servidores dos bancos oficiais, preso por pichação, cujo ato não há confirmação nos documentos do mesmo, demitido logo após ser solto da prisão, provedor da família. O processo escancara uma posição diferente da altivez de outros, mostra alguém com complicações materiais, e que, mesmo que tenha sonhos e desejos de mudanças e que ainda realize ações para alcançá-los, a letra da ação com a qual apresenta a sua reivindicação permite raciocinar como sendo a letra de alguém que precisa comer, não apenas sonhar.

Considerações finais

Concluído estas observações sobre os estudos dos trabalhadores bancários cearenses, cabe posicionar historicamente a sua organização, no caso o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará - SEEBEC. A cada depoimento, a cada processo, a cada documento, é possível visualizar a entidade como sendo instrumento destes trabalhadores.

Uma particular singularidade, que é ilustrativa da materialidade dessa organização na greve de 1968, foi uma máquina de mimeógrafo, visto que em razão do próprio movimento de paralisação, o sindicato sofreu nova intervenção e seus dirigentes, clandestinamente, conseguiram levar o mimeógrafo e com ele produzir os materiais da campanha e se comunicaram com a população. A imagem gerada é que a presença física do sindicato se fazia presente no local que se encontrava o mimeógrafo.

A situação é que um dos primeiros atos do regime foi a intervenção no sindicato, prisão de quem tinha relação com o sindicato, algumas destas prisões acontecendo nas próprias agências. Tentativas de assembleias para convocar

²⁰ Processo trabalhista do TRT 7ª região, N 0984 – 07 de abril de 1965, reivindica o pagamento dos salários no período de sua prisão e que o período seja contado para fins de cálculos de rescisão.

eleições, greve decretada em assembleia, nova intervenção, privação de direitos para quem mantinha relação com o sindicato, episódios estes que transmitem o entendimento que a ação de resistência à Ditadura Militar brasileira por parte dos trabalhadores bancários cearenses passa, dentre outras formas, pela ativa atuação de sua organização sindical.

Esta é uma pesquisa ainda em curso, que tem entre os seus desafios, o de expor e debater como esta categoria, sua organização e as relações de trabalho existentes na época impactaram no enfrentamento cearense ao regime militar brasileiro.

Referências Bibliográficas:

COSTA, Edmilson Silva. **A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação prê-datória**. Orientador: Waldír José de Quadros. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/108102>

KAREPOVS, Dainis. (Coord.) **História dos Bancários: Lutas e Conquistas 1923-1993**. São Paulo: Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 5ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

MENEZES, Maria Zefisa Nogueira Soares. **Subordinação versus autonomia: faces do movimento sindical bancário cearense (1955-1964)**. Orientador: Ozir Tesser. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia do Desenvolvimento, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984. Disponível em: Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

ROCHA, Danielle Franco. **As lutas dos trabalhadores bancários contra a ditadura (1964-1985) no Brasil: a oposição às intervenções sindicais e à lei de greve**. OPSIS, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 225–243, 2014. DOI: 10.5216/o.v14i1.28648. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/28648>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

DEPOIMENTOS:

BIZERRIL, Benedito de Paula. funcionário do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Depoimento realizado em 22 de maio de 2024.

MENESES, Getúlio Vargas de. funcionário do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Entrevista concedida ao Benedito Bizerril em razão da produção de livro. Depoimento realizado em 29 de dezembro de 2006.

BARRETO, Maria Daciane Lycarião. funcionária do Banco do Estado do Ceará - BEC, Depoimento realizado em 30 de maio de 2024.

PROCESSOS:

Processo da comissão de anistia Wanda Sidou N. 01760544/2020 **Daciane Lycarião Barreto**, funcionária do Banco do Estado do Ceará - BEC.

Processo trabalhista do TRT 7ª região, N 3835 – 22 de outubro de 1965 – **José de Moura Beleza**, funcionário do Banco do Brasil - BB.

Processo trabalhista do TRT 7ª região, N 0984 – 07 de abril de 1965 – **Luiz Gonzaga Lopes**, funcionário do Banco Nacional de Minas Gerais S/A.

Edilson Cavalcante Fialho

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (2016) e especialização em Gestão Escolar pela faculdade Pró Minas. Atualmente é professor da rede básica do estado do Ceará - EEMTI Professor Paulo Freire

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9466095404694769>
